



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A6/S1



Processo nº: 26.280/08

Jurisdicionada: Fundo de Saúde do Distrito Federal - FSDF

Assunto: Tomada de Contas Anual – TCA

Órgão Técnico: Secretaria de Contas – SECONT

MP: Procurador MARCOS FELIPE PINHEIRO LIMA

Sessão: Pauta nº 25, S.O. nº 5032, de 19.4.2018

Publicação: DODF nº 73, de 17.4.2018, pág. 14

Ementa: Tomada de Contas Anual dos gestores do Fundo de Saúde do Distrito Federal – FSDF, referente ao exercício de 2007.

O CONTROLE INTERNO atestou a regularidade das contas, com ressalva.

NO TRIBUNAL, foi determinada a audiência dos responsáveis (Decisão nº 484/16-CPT).

Apresentação de razões de justificativa. Procedência parcial das respostas oferecidas e regularidade das contas, com ressalva (Decisão nº 1.628/17-CPT e Acórdão nº 103/17).

Interposição de Recurso de Reconsideração pelo Ministério Público junto ao Tribunal. Conhecimento (Despacho Singular nº 331/2017-GCPM)

Exame do mérito.

PARECERES DIVERGENTES.

A Instrução sugere a improcedência do recurso manejado e arquivamento dos autos.

O Ministério Público opina pela procedência do recurso com a consequente reforma da Decisão nº 1.645/2017.

VOTO de acordo com o Corpo Técnico.

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A6/S1

**RELATÓRIO**

Cuidam os autos da Tomada de Contas Anual dos gestores do Fundo de Saúde do Distrito Federal – FSDF, referente ao exercício de 2007.

2. Os responsáveis pelas contas em exame estão elencados no quando a seguir:

Responsáveis

NOME	CARGO OU FUNÇÃO	PERÍODO DE GESTÃO
José Geraldo Maciel	Secretário de Estado Diretor-Executivo do FSDF - Responsável	01.01 a 31.12.07 01.01 a 03.01.07
Ornel Costa de Azevedo	Chefe da Unidade de Administração Geral	01.01 a 31.12.07
José Maria Freire	Diretor-Executivo do FSDF	04.01 a 31.12.07

Fonte: fs. 14/16 do Apenso nº 040.001.235/08.

3. Os valores movimentados pelos responsáveis no exercício em exame montam em R\$ 41.382.793,18, conforme Demonstrativo de Execução da Despesa por Programa de Trabalho acostado à fl. 261 do processo apenso.

4. O Controle Interno atestou a regularidade das contas, com ressalva, conforme Certificado de Auditoria nº 88/2008-CONT/DIRAS (fl. 1390 do processo apenso).

5. O Tribunal, na Sessão de 6.4.2017, acolhendo Voto do Conselheiro PAULO TADEU, proferiu a Decisão nº 1.628/17 (fls. 168/169), **in verbis**:

DECISÃO Nº 1.628/17 (CPT)

“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, que aderiu ao voto da Revisora, Conselheira ANILCÉIA MACHADO, juntado aos autos em 06.12.2016, decidiu: I – tomar conhecimento: a) das razões de justificativa acostadas às fls. 85/99, considerando-as parcialmente procedentes; b) da Informação nº 226/2016 (fls. 101/111); c) do Parecer nº 754/2016 – DA (fls. 112/122); II – julgar, referente à TCA da FSDF, exercício financeiro de 2007: a) nos termos do artigo 17, inciso II, da Lei Complementar nº 1/1994, regulares, com ressalva, as contas anuais relativas ao exercício financeiro de



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A6/S1



2007 dos senhores José Geraldo Maciel, José Maria Freire e Ornel Costa de Azevedo, tendo em vista: a) as impropriedades constantes dos seguintes subitens e item do Relatório/Certificado de Auditoria nº 88/2008–CONT/DIRAS (fls. 1.039/1.390 do Processo nº 040.001.235/2008): 2.1.2 – conciliação bancária com pendências há longa data; 2.1.3 – processos sem numeração de folhas; 2.1.4 – repasses fundo a fundo mantidos em conta bancária, sem movimentação; 2.1.5 – manutenção de conta bancária sem registro no SIGGO; 2.1.6 – recursos financeiros repassados fundo a fundo tiveram pouca execução; e 6 – Conselho de Administração do Fundo de Saúde do Distrito Federal (deixou de cumprir o item 14 do Regimento Interno do FSDF: dever de reunir-se ordinariamente a cada dois meses); b) o reflexo da multa aplicada no âmbito do Processo nº 7.980/2007, em decorrência das irregularidades: “desabastecimento de medicamentos excepcionais ocorrido em 2006/2007, apesar da existência de recursos financeiros e orçamentários”, apenas no tocante aos dois primeiros nominados, e “demora verificada na apuração dos saldos superavitários da Fonte de Recursos 138” e “aplicação de recursos oriundos da Fonte 338 sem vinculação com a origem definida para os recursos que geraram os respectivos saldos superavitários”, em relação apenas ao segundo nominado; III – considerar os responsáveis indicados no item anterior quites com o erário distrital no tocante ao objeto da tomada de contas anual em exame, em conformidade com os termos da Decisão Extraordinária Administrativa nº 50/1998 e com o artigo 24, inciso I, da supracitada Lei Complementar; IV – aprovar, expedir e mandar publicar o acórdão apresentado pelo Relator; V – autorizar a devolução do Processo nº 040.001.235/2008 à Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal e o retorno dos autos em exame à Secretaria de Contas, para as providências pertinentes e posterior arquivamento.

Presidiu a sessão, durante o julgamento deste processo, o Conselheiro MANOEL DE ANDRADE. Votaram os Conselheiros INÁCIO MAGALHÃES FILHO, PAULO TADEU, PAIVA MARTINS e MÁRCIO MICHEL. Participou o representante do MPJTCD, Procurador DEMÓSTENES TRES ALBUQUERQUE. Ausente o Conselheiro RENATO RAINHA.” (grifei)

6. Em decorrência do decidido, foi expedido o Acórdão nº 103/17 (fls. 170/171).

7. Irresignado, o **Parquet** especializado interpôs o Recurso de Reconsideração de fls. 178/186, requerendo a reforma do **decisum** e o julgamento das contas dos Srs. José Geraldo Maciel e José Maria Freire como irregulares.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A6/S1



8. O referido recurso foi conhecido no efeito suspensivo por meio do Despacho Singular nº 331/2017 – GCPM (fls. 190/191-v).

MANIFESTAÇÃO DO ÓRGÃO INSTRUTÓRIO

9. O Corpo Técnico, por meio da Informação nº 06/2018-SECONT/3ª DICONT (fls. 227/243), de 2.2.2018, analisa a matéria nos termos seguintes:

*“12. Em face do entendimento adotado pela Corte de Contas na Decisão nº 1.628/2017, que teve por fundamento o Voto de Vista da Conselheira Anilcéia Machado, considerando, no mérito, que a multa aplicada nos autos do Processo nº 7.980/07 aos ex-gestores do FSDF não teria relevância suficiente para macular a gestão dos responsáveis por aquele Fundo no exercício de 2007 e, por consequência, não deveria ensejar a reprovação das contas dos Srs. José Geraldo Maciel, José Maria Freire e Ornel Costa de Azevedo, mas, tão somente, resultar na aposição de ressalvas às suas contas, o Parquet apresenta argumentos para discordar das conclusões quanto à regularidade com ressalvas das contas anuais dos **Srs. José Geraldo Maciel e José Maria Freire.***

13. Inicialmente registra que o Tribunal, por meio do item II da Decisão nº 484/2016 (fl. 80), já teria considerado as questões apuradas no Processo nº 7.980/07 graves o bastante para ensejar a reprovação da gestão dos responsáveis pelo FSDF em 2007, tanto que autorizou a audiência dos responsáveis José Geraldo Maciel e José Maria Freire (fls. 181/182).

14. Argui que restou evidenciado nos exames das razões de justificativa que os argumentos trazidos aos autos não se mostraram suficientes, tendo sido, no mérito, consideradas pela Unidade Técnica parcialmente procedentes as justificativas ofertadas pelo Sr. José Geraldo Maciel, sugerindo-se o julgamento pela regularidade com ressalvas, além de considerar improcedentes as razões de justificativa do Sr. José Maria Freire, sugerindo o julgamento irregular de suas contas (fls. 182).

15. As ressalvas ao primeiro ocorreram em função das falhas apontadas nos subitens 2.1.2, 2.1.4, 2.1.5 e 2.1.6, bem como no item 6 do Relatório de Auditoria nº 88/2008-CONT/DIRAS. Por sua vez, a irregularidade das contas do Sr. José Maria Freire decorreria do desabastecimento de medicamentos excepcionais constatado nos exercícios de 2006 e 2007, apesar da existência de recursos financeiros e orçamentários.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A6/S1



16. Nesse aspecto, o MPjTCDF alega que (fl. 182):

“(...) o Tribunal, ao analisar as contas anuais dos agentes públicos, julga a gestão dos ex-dirigentes responsáveis por determinado exercício. Examina os fatos ocorridos em período de tempo delimitado, realizando juízo de valor sobre as falhas eventualmente apuradas. Caso entenda sejam todas de caráter meramente formal, as contas serão julgadas regulares com ressalva. Ao contrário, constatando-se irregularidades de natureza grave, julgam-se as contas irregulares, aplicando-se a sanção respectiva aos responsáveis. E mais, restando evidenciado débito na gestão, além da irregularidade das contas, condenam-se os responsáveis ao ressarcimento dos valores eventualmente apurados.”

17. Dessa forma, defende o recorrente que, independentemente da significância do valor da multa aplicada pelo TCDF, o desabastecimento de medicamentos para as farmácias da rede pública de saúde do DF, embora presentes os recursos financeiros e orçamentários destinados à sua aquisição, revelar-se-ia grave o suficiente para macular a gestão dos agentes responsáveis pelo FSDF no exercício de 2007 (fl. 182).

18. Dito de outra forma, e com base nos elementos constitutivos do Processo nº 7.980/07, restaria demonstrado, de maneira inequívoca e inconteste, que a má gestão dos recursos recebidos em repasse do Fundo Nacional de Saúde – FNS pela Secretaria de Estado da Saúde do Distrito Federal contribuiu decisivamente para o desabastecimento de medicamentos excepcionais nos exercícios de 2006 e 2007 (fl. 183).

19. É o que se retira no seguinte trecho do recurso (fl. 183):

“(...) embora diversos fatores pudessem ter contribuído para a falta de medicamentos – ações inescrupulosas de distribuidores e de fornecedores; carência de matéria prima para fabricação; imposição de preço máximo de aquisição; pregões fracassados; demora na liberação de cotas financeiras – o desabastecimento identificado foi, de fato, decorrente da conduta desidiosa dos gestores do FSDF que, a despeito de o Ministério da Saúde ter repassado os recursos necessários para as aquisições necessárias, não adotaram as providências cabíveis para concluir os certames licitatórios exigidos para assegurar a manutenção dos estoques mínimos das farmácias da rede pública de saúde com os medicamentos essenciais e indispensáveis para atender à população do Distrito Federal, sobretudo a mais carente de recursos e que dependem diretamente desses produtos.”



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A6/S1

Fls.: _____
Proc.: 26.280/08
Rubrica _____

20. Nesse condão, ainda que existentes fatores extrínsecos àquela Pasta, em face da especificidade do mercado de medicamentos, seria inaceitável a conduta negligente dos gestores do FSDF na aplicação dos valores então recebidos, não restando dúvidas de que a irregularidade deve repercutir no julgamento de suas contas (fl. 183).

21. Quanto à alegação de que a falha seria decorrente de problemas estruturais existentes na SES/DF, da fragilidade nos controles e de pendências bancárias, o recorrente reforça não ser argumento suficiente para afastar a responsabilidade dos Srs. José Geraldo Maciel e José Maria Freire (fl. 183).

22. Uma vez que a responsabilidade pela gestão e administração dos recursos do FSDF cabe ao Conselho de Administração e à Diretoria Executiva, a existência desses problemas corroboraria a constatação de conduta desidiosa dos gestores, tendo por base a Lei Complementar nº 11/96, que: a) estabelece que a gestão e administração dos recursos do Fundo de Saúde cabem ao Conselho de Administração e à Diretoria Executiva; b) esclarece que a Diretoria executiva seria dirigida pelo Diretor Executivo (cargo ocupado tanto pelo Sr. José Geraldo Maciel quanto pelo Sr. José Maria Freire); c) o Conselho de Administração seria presidido pelo Secretário de Saúde (Cargo ocupado pelo Sr. José Geraldo Maciel); d) entre as diversas competências desse Conselho, estaria a de aprovar as diretrizes operacionais e a programação financeira do fundo; e e) entre as competências do Diretor Executivo, está a de administrar os recursos do Fundo de Saúde, sob a orientação e supervisão direta do Secretário de Saúde do DF (fls. 183/184).

23. Destaca que os integrantes do FSDF no exercício de 2007 foram todos apenados com aplicação de multa individual decorrente de diversas irregularidades comprovadas no âmbito do Programa de Aquisição de Medicamentos Excepcionais (PAME), conforme consignado no Relatório de Auditoria nº 20010.07 (fl. 185).

24. Por fim, reitera não haver dúvidas de que os responsáveis diretos pela regularização de eventuais inconformidades operacionais, administrativas e financeiras ocorridas no âmbito do FSDF em 2007 participaram ativamente no desabastecimento de medicamentos excepcionais no DF, devendo a multa que lhes fora aplicada no Processo nº 7.980/07 repercutir como irregularidade às contas no presente feito.

CONTRARRAZÕES

25. Apesar de as contrarrazões terem sido apresentadas separadamente, pela semelhança das peças de fls. 196/207 e 209/220, faremos uma síntese conjunta do que foi trazido aos



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A6/S1



autos, procedendo de igual forma na análise posterior.

26. Alegam que o recorrente não trouxe fatos ou argumentos novos para justificar a revisão da Decisão nº 1.628/2017 por meio da qual esta Corte de Contas julgou regulares com ressalvas as contas anuais dos gestores do FSDF relativas ao exercício financeiro de 2007 (fl. 197).

27. Relatam que o Parquet não tratou da resposta do Ministério da Saúde ao Ofício Conjunto nº 015/2007 — MED-2ª PROSUS/MPCDF, datado de 22/2007, contendo pedido para que o Ministério da Saúde fizesse análise a respeito da regularidade, inclusive de preço, na dispensação de medicamento pelo DF que deveriam ser centralizados pelo Ministério da Saúde (fl. 198).

28. Aduzem que no mesmo Ofício, quando tratado, ainda, sobre quedas vertiginosas de vários medicamentos em 2006, diversos questionamentos foram esclarecidos, não havendo, entretanto, a devida consideração pelo MPjTCDF (fls. 198/199). Juntam trechos da resposta do Ministério da Saúde às fls. 199/200.

29. O Sr. José Geraldo Maciel informa que das 8 irregularidades apontadas e recorridas nos autos do Processo nº 7.980/07, sete delas foram acolhidas, conforme exposto no quadro de fl. 201.

30. Por sua vez, o Sr. José Maria Freire, alega que foi apresentado Pedido de Reexame no âmbito do Processo nº 7.980/07, tendo sido acolhidas as razões apresentadas, conforme quadro de fl. 214.

31. Utilizam-se do argumento de que o Conselheiro Relator do Processo nº 7.980/07 considerou parcialmente procedente o Pedido de Reexame, tendo reduzido a multa de R\$ 10.000,00 para R\$ 2.000,00, para o Sr. José Geraldo Maciel, e de R\$ 10.000,00 para R\$ 4.000,00 para o Sr. José Maria Freire (fls. 202 e 214/215).

32. Tratam, por fim, da ausência de conteúdo para macular toda a gestão dos signatários.

33. Com relação à fundamentação legal do pedido do MPjTCDF de que a irregularidade decorre do desabastecimento de medicamentos excepcionais ocorrido nos exercícios de 2006 e 2007, apesar da existência de recursos financeiros e orçamentários, entendem os interessados que não houve prática de ato de gestão ilegal, ilegítimo, antieconômico ou infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional ou patrimonial, segundo estabelecido na alínea “b” do inciso III do artigo 17 da Lei Complementar nº 01/94, que amparou o julgamento pela irregularidade (fl. 202/203).

34. Expõem algumas passagens do Processo TCU nº



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A6/S1



014.651/2006-3 e do Acórdão TCU nº 5.338/2011 – Segunda Câmara (fls. 203/204):

“Há diversos precedentes na jurisprudência desta Corte no sentido de que atos de gestão considerados irregulares, quando de baixa materialidade e sem imputação de débito, não implicam, necessariamente, a reprovação das contas anuais dos responsáveis: (...)”.

(...)

“ 7. (...) em sede de contas anuais, um débito apurado em outro processo de contas não constitui motivo, isoladamente, para macular a gestão, devendo-se sopesar a relevância daquele montante sobre a gestão anual.

(...)

“12. Portanto, o juízo em sede de fiscalização não é transposto automaticamente para o mérito das contas. Nesse sentido, consoante expressa disposição (...), ‘a aplicação de multa em processo de fiscalização não implicará prejulgamento das contas ordinárias da unidade jurisdicionada, devendo o fato ser considerado no contexto dos demais atos de gestão do período envolvido’.”

(...)

Dessa forma, considerado o contexto dos demais atos de gestão do período envolvido, entende-se que a aludida multa também não é suficiente para macular as contas anuais do gestor.”

(...)

19. A SecexDefesa entendeu que o procedimento não deve macular as contas do responsável (...) assim como não houve imputação de débito, nem indício de locupletamento desse gestor.”

35. Nesse mesmo sentido, juntam dois julgados do TCU e um do TRF-5 (fls. 205/207). Encerram com o pedido de que suas contas sejam julgadas regulares com ressalvas, ao se considerar que a multa aplicada no âmbito do Processo nº 7.980/07 não teria conteúdo para macular toda a gestão anual.

ANÁLISE DO CORPO TÉCNICO

36. Inicialmente, cumpre ressaltar que o recurso de reconsideração, em síntese, busca reiterar o que já havia sido



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A6/S1



tratado nos pareceres anteriormente exarados pelo MPJTCDF (Pareceres nºs 1.091/2015 e 754/2016, fls. 62/67 e 112/122 respectivamente), ao responsabilizar os gestores em razão de terem contribuído para o desabastecimento de medicamentos excepcionais nos exercícios de 2006 e 2007, bem como reafirmar o fato de que os elementos constitutivos do Processo nº 7.980/07, que culminou na aplicação de multa aos gestores, seria suficiente para macular as suas contas.

37. A única novidade trazida no recurso seria a fundamentação acerca da responsabilização dos gestores de acordo com as competências assumidas pelo respectivos cargos que ocupavam, quais sejam, de Secretário de Estado, Chefe da Unidade de Administração Geral e de Diretor Executivo do FSDF, conforme exposto no parágrafo 22 desta Informação.

38. Nesse sentido, entendemos que os argumentos são insuficientes para mudar o entendimento já exaurido pelas informações anteriores e acolhido pelo Plenário desta Corte de Contas, em razão de dois argumentos centrais:

a) a deficiência estrutural, bem como a fragilidade nos mecanismos de controle e a necessidade de reestruturação do FSDF à época dos fatos; e

b) a desproporcionalidade no julgamento pela irregularidade das contas com base na penalização em outro processo.

39. Quanto à deficiência estrutural, fragilidade nos mecanismos de controle e a necessidade de reestruturação do FSDF, cabe trazer à análise o Processo nº 2.755/04.

40. Esse processo trata das Representações nºs 11 e 16/2004-CF, solicitando a realização de inspeção no Fundo de Saúde do Distrito Federal, com vistas à apuração de possíveis irregularidades, mormente a “frouxidão de seus mecanismos de controle”.

41. O processo foi conclusivo no sentido de que os mecanismos de controle do FSDF seriam frágeis por deficiência estrutural e que careciam de uma reestruturação para saná-los, dispondo que aquela fase processual requeria apenas esclarecimentos e análises dos fatos, não evidenciando-se capazes de alcançar os gestores das contas.

42. O MPJTCDF, no Parecer nº 1.535/08-CF (e-DOC 1DE655D6), aquiesceu com as conclusões do Corpo Técnico, que, no Relatório da Inspeção nº 2.0019.07, expôs as seguintes conclusões:

“(…)”



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A6/S1



37. Dessa maneira, entende-se como oportuno e necessário retornar à discussão sobre a reestruturação do FSDF no âmbito da Secretaria, envolvendo as áreas técnica, jurídica e administrativa, visando ao cumprimento das determinações legais e constitucionais referentes à aplicação, gerência e administração dos recursos próprios e federais destinados às ações e serviços públicos de saúde. (...)”

43. Frise-se que, em razão das constatações consignadas no Relatório de Inspeção n.º 2.0019.07-2ª ICE/Divisão de Auditoria (fls. 524/533 do Processo n.º 2.755/04), cujas análises revelaram a ausência de controle adequado sobre o ingresso das receitas e repasses geridos pelo FSDF, o Tribunal exarou inúmeras determinações, consoante Decisões n.º 2.735/2009 e n.º 6.321/2010, com vistas à reestruturação técnica, jurídica e administrativa do referido Fundo para assegurar àquela unidade orçamentária efetivo cumprimento das atribuições legais e constitucionais que lhe foram conferidas.

44. Os estudos para reestruturação do FSDF foram devidamente concluídos, sendo editado o Decreto n.º 33.384/11 (Dispõe sobre a reestruturação da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal e dá outras providências), publicado no DODF n.º 232 de 06.12.2011, e, por consequência, o Tribunal autorizou o arquivamento do Processo n.º 2.755/04, nos termos das Decisões n.ºs 6.681/2012 e n.º 6.167/2013, tendo como base o Ofício n.º 737/2013 – GAB/SES (e-doc [01AE1CCD](#)), em atendimento à determinação do TCDF:

Decisão n.º 6.681/2012

O Tribunal, por maioria, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I. tomar conhecimento do Ofício n.º 198/2012 – GAB/SES (fls. 803, acompanhado dos documentos de fls. 804/810), encaminhado pelo Sr. Secretário de Estado de Saúde do Distrito Federal em atendimento ao inciso V da Decisão n.º 4.301/2012; II. determinar a remessa do Relatório de Inspeção n.º 2.019.07 e do Parecer n.º 1335/12-CF (fls. 817/818) à atual gestão da Secretaria de Estado de Saúde, para que o Titular daquela Pasta se manifeste de forma conclusiva a respeito do modelo de gestão dos recursos disponibilizados ao Fundo de Saúde do DF; III. autorizar o retorno dos autos à Secretaria de Acompanhamento, para os fins devidos. Vencida a Revisora, Conselheira ANILCÉIA MACHADO, que manteve o seu voto, no que foi seguida pelo Conselheiro PAULO TADEU. (grifamos)

Decisão n.º 6.167/2013



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A6/S1



O Tribunal, por maioria, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I. tomar conhecimento do Ofício nº 737/2013 – GAB/SES e da documentação que o acompanha, encaminhados pelo Sr. Secretário de Estado de Saúde do Distrito Federal (fls. 851/888); II. ter por cumprido o inciso II da Decisão nº 6.681/2012; III. autorizar o arquivamento dos autos. Vencido o Conselheiro RENATO RAINHA, que votou pelo acolhimento do parecer do Ministério Público junto à Corte. (grifamos)

45. Imperioso ressaltar, também, que as contas do FSDF do exercício anterior (2006), objeto do Processo nº 27.249/2007, foram julgadas regulares com ressalvas, em face da fragilidade dos controles e existência de pendências bancárias, conforme Acórdão nº 265/2008, prolatado na decisão nº 7.372/2008:

O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - tomar conhecimento da tomada de contas anual dos gestores do Fundo de Saúde do Distrito Federal, referente ao exercício de 2006; II - com fulcro no artigo 17, inciso II, da Lei Complementar nº 01/94, e no artigo 167, inciso II, do RI/TCDF, julgar REGULARES com RESSALVA, em face da fragilidade dos controles e existência de pendências bancárias, as contas dos seguintes gestores do Fundo de Saúde do DF, relativa ao exercício de 2006: José Geraldo Maciel, Cargo ou Função: Secretário de Estado, período de gestão: 01.01 a 31.12.06; José Maria Freire, Cargo ou Função: Subsecretário de Apoio Operacional, período de gestão: 01.01 a 05.11.06; Ornel Costa de Azevedo, Cargo ou Função: Subsecretário de Apoio Operacional, período de gestão: 06.11 a 31.12.06; Ronaldo Mendes de Oliveira Castro Filho, Cargo ou Função: Subsecretário de Apoio Operacional – Substituto, períodos de gestão: 15.05 a 17.05.06 e 22.05 a 28.05.06; Regina Célia Baptista Lage, Cargo ou Função: Subsecretária de Apoio Operacional, períodos de gestão: 12.06 a 11.07.06 e 18.05 a 19.05.06; Nair Mendes Ramos, Cargo ou Função: Diretora-Executiva do FSDF, período de gestão: 01.01 a 31.12.06; III - determinar aos gestores aludidos, ou a quem lhes haja sucedido, nos termos do art. 19 da Lei Complementar nº 01/1994, a adoção de medidas necessárias à regularização das pendências bancárias apuradas nas contas em exame; IV - considerar quites com o erário distrital, em conformidade com os termos da Decisão nº 50/1998 e com o disposto no inciso II do art. 24 da Lei Complementar nº 01/1994, os gestores nomeados no item II; V - aprovar e mandar publicar o acórdão apresentado pelo Relator, VI - devolver os autos à 2ª ICE, para as providências pertinentes. (grifamos)

46. Assim, apesar da ocorrência da irregularidade, ela se deu num



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A6/S1



período de transição que, conforme exposto nos parágrafos retro, e com base no Processo nº 2.755/04, apenas se encerrou no ano de 2011 com a edição do Decreto nº 33.384/11, bem como fora complementado pelas respostas dadas pela FSDF em 2013 às demandas do TCDF acerca da reestruturação do Fundo.

47. Quanto ao aspecto da desproporcionalidade no julgamento pela irregularidade das contas, acolhemos a argumentação dos contrarrazoantes no sentido de que a aplicação de multa em processo de fiscalização não implica prejulgamento das contas ordinárias da unidade jurisdicionada, devendo o fato ser considerado no contexto dos demais atos de gestão do período envolvido.

48. Conforme exposto no Voto de Vista (fls. 142/146), o que se pretende no exame das contas anuais dos gestores é a análise da gestão como um todo, composta de diversos atos e processos administrativos, necessários ao exercício do serviço público, ainda mais quando se trata de cargo de grande responsabilidade e abrangência, que, além de tudo, apenas será exercido eficientemente quando de forma conjunta com os diversos setores do órgão.

49. Nesse sentido, extraímos passagens relevantes do Voto de Vista (fl. 144):

“Embora, e especialmente no caso de desabastecimento de remédios, possa ser considerada grave a conduta do agente, que se omitiu no ofício de gerir os recursos públicos à aquisição dos medicamentos, parece-me sumamente injusto pinçar um pequeno conjunto de fatos de um enorme complexo de atos administrativos para comprometer todo o exercício.

Veja-se que as movimentações bancárias no exercício de 2007 atingiram R\$ 296.876.090,33, dos quais foram empenhados R\$ 272.520.809,63, representando 91,80% de execução dos recursos transferidos. Adicionando-se a isso o montante de R\$ 11.851.102,75 contabilizados após 15.12.07, conclui-se que 95,61% dos recursos repassados até 15.12.2007 foram empenhados. Sob esse ângulo, nota-se que a repercussão dos fatos ora mencionados não parece, nesse exame inicial, sugerir a reprovação das contas anuais.”

50. Ou seja, ainda que presente a fragilidade nos mecanismos de controle dentro do Fundo, comprometendo a eficiência e levando ao desabastecimento de medicamentos excepcionais ocorrido em 2006/2007, não seria razoável julgar irregulares as contas do gestores, diante da sua atuação ampla em conjunto com o FSDF.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A6/S1



51. Apesar de grave, entendemos que a falha foi influenciada por fatores extrínsecos ao Fundo, como já exposto nas teses levantadas pelos contrarrazoantes. O argumento já fora levantado na Informação nº 226/2016 – SECONT/2ª DICONTE (fl. 104):

“(…)

12. Inicialmente, destacamos que a multa de R\$ 2.000,00 aplicada ao senhor José Geraldo Maciel decorreu de irregularidade única: “desabastecimento de medicamentos excepcionais ocorrido em 2006/2007, apesar da existência de recursos financeiros e orçamentários”, consoante consta do Acórdão nº 009/2013, exarado no Processo nº 7.980/2007.

13. Ressaltamos que o exame dos fatos que ensejaram a aplicação da aludida penalidade já se encontra exaurido no âmbito do supracitado feito, restando, neste momento, somente a avaliação do seu reflexo no julgamento desta TCA. Nesse sentido, ponderamos que o mencionado desapastecimento, por si só, não se mostra grave o suficiente para macular com irregularidade as contas anuais do responsável em questão.

14. Reforçando esse posicionamento, salientamos que o Corpo Técnico deste Tribunal, ao negar provimento ao recurso de reconsideração então apresentado pelo justificante e por outros, em face desse quesito, reconheceu que a irregularidade era “influenciada, em parte, por fatores extrínsecos à Secretaria, em face da especificidade do mercado de medicamentos”, conforme consta no parágrafo 72 da Informação nº 34/2012.

15. Essa peculiaridade relativa ao mercado de medicamentos está em consonância com os esclarecimentos prestados à época pelo Ministério da Saúde, mencionados pelos justificantes (§ 6º desta instrução), os quais sinalizam, por exemplo, que ‘a distribuição da pauta de Imunoglobulina foi comprometida em decorrência do desapastecimento desse medicamento, em nível mundial, devido à ausência de matéria prima (plasma humano) [...]’ (...).”

52. Do exposto, entendemos que o recurso de reconsideração interposto pelo MPJTCD carece de argumentos para mudar o entendimento já adotado pela Corte no sentido do julgamento com ressalvas às contas dos gestores, podendo, dessa forma, ser acolhidas as contrarrazões dos ex-gestores.

CONCLUSÃO

53. Diante do relatado nesta instrução, concluímos que o Tribunal



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A6/S1



pode considerar improcedente o recurso de reconsideração interposto pelo MPjTCDF, acolhendo, assim, as contrarrazões apresentadas pelos Srs. José Geraldo Maciel e José Maria Freire, mantendo os termos da Decisão nº 1.628/2017 e do Acórdão nº 103/2017 pelo julgamento com ressalvas às contas dos gestores do FSDF no exercício de 2017.

54. Em relação ao Ofício SEI-GDF nº 1596/2017 – SES/GAB (fl. 221) e anexos de fls. 222/225, juntados aos autos como esclarecimentos à Decisão nº 1.628/2017, estes podem ser conhecidos pela Corte, sem influência nessa fase do processo.”

10. Concluindo, a Instrução sugere ao Tribunal:

“I. tome conhecimento:

a) do recurso de reconsideração acostado às fls. 178/186, considerando-o improcedente;

b) das contrarrazões apresentadas pelos Srs. José Geraldo Maciel e José Maria Freire;

c) do Ofício SEI-GDF nº 1596/2017 – SES/GAB;

II. mantenha, por consequência, os termos da Decisão nº 1.628/2017 e do Acórdão nº 103/2017, dando ciência ao MPjTCDF e aos Contrarrazoantes do que for proferido;

III. autorize o retorno destes autos à Secretaria de Contas para as providências pertinentes.”

MANIFESTAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

11. O Ministério Público junto a esta Corte de Contas, por meio do Parecer nº 217/2018-ML (fls. 244/256), de 4.4.2018, da lavra do Procurador MARCOS FELIPE PINHEIRO LIMA, diverge da Unidade Instrutória e sugere o provimento integral do recurso manejado. Do mencionado Parecer, destaco o seguinte trecho:

*“11. Neste momento processual, os autos foram encaminhados ao **Parquet** de Contas para, na condição de **custos legis**, examinar o mérito do Recurso de Reconsideração apresentado pelo i. Procurador Demóstenes Tres Albuquerque, titular da d. **Terceira Procuradoria** deste **MPC/DF**, em face do julgamento **regular com ressalvas** das **contas anuais dos Srs. José***



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A6/S1



Geraldo Maciel e José Maria Freire, no tocante à gestão do Fundo de Saúde do Distrito Federal relativa ao **exercício de 2007**.

12. Nesse sentido, a avaliação das informações contidas no Ofício SEI-GDF nº 1.596/2017 – SES/GAB e anexos, fls. 221/225, extrapola o mister a ser exercido por esta Quarta Procuradoria no presente giro processual. É dizer, cabe ao i. Procurador vinculado originalmente ao feito avaliar a pertinência das medidas prospectivas adotadas pela Pasta em relação às determinações contidas na r. Decisão nº 1.628/2017.

13. Superada essa nuance processual, destaca-se que o recorrente almeja a **reforma** do **item II** do r. **Decisum** objurgado para que o e. **TCDF considere improcedentes** as razões de justificativa ofertadas pelos gestores e, desta feita, **proceda ao julgamento irregular** das contas dos Srs. José Geraldo Maciel e José Maria Freire, tendo em vista a ressonância no exame ora empreendido das irregularidades identificadas no Processo nº 7.980/2007, atinentes à gestão do Programa de Aquisição de Medicamentos Excepcionais (PAME). A propósito, destaca-se que a tese do **MPC/DF possui fundamento em penalidade aplicada aos responsáveis em razão das irregularidades graves apuradas no aludido feito**.

14. Quanto aos argumentos apresentados, destaca-se que esta Quarta Procuradoria possui entendimento **divergente das conclusões** alcançadas pelo Corpo Instrutivo em seu documento técnico. Mister, por conseguinte, realizar o cotejo dos argumentos apresentados pelo recorrente e pelos responsáveis, de modo evidenciar os fundamentos que norteiam o entendimento alcançado por esta Quarta Procuradoria.

15. A propósito, os argumentos oferecidos pelo recorrente e as respostas à irrisignação do **MPC/DF** foram devidamente resumidos pela Área Técnica (fls. 230/236), nos seguintes termos:

“(…)

RECURSO DE RECONSIDERAÇÃO INTERPOSTO PELO MPJTCDF

12. Em face do entendimento adotado pela Corte de Contas na Decisão nº 1.628/2017, que teve por fundamento o Voto de Vista da Conselheira Anilcéia Machado, considerando, no mérito, que a **multa aplicada nos autos do Processo nº 7.980/07** aos ex-gestores do FSDF não teria relevância suficiente para macular a gestão dos responsáveis por aquele Fundo no exercício de 2007 e, por consequência, não deveria ensejar a reprovação das contas dos Srs. José Geraldo Maciel, José Maria Freire e Ornel Costa de Azevedo, mas, tão somente, resultar na aposição de



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A6/S1



ressalvas às suas contas, o Parquet apresenta argumentos para discordar das conclusões quanto à regularidade com ressalvas das contas anuais dos **Srs. José Geraldo Maciel e José Maria Freire**.

13. Inicialmente registra que **o Tribunal, por meio do item II da Decisão nº 484/2016 (fl. 80), já teria considerado as questões apuradas no Processo nº 7.980/07 graves o bastante para ensejar a reprovação da gestão dos responsáveis pelo FSDF em 2007**, tanto que autorizou a audiência dos responsáveis José Geraldo Maciel e José Maria Freire (fls. 181/182).

14. Argui que restou evidenciado nos exames das razões de justificativa que os argumentos trazidos aos autos não se mostraram suficientes, tendo sido, no mérito, consideradas pela Unidade Técnica parcialmente procedentes as justificativas ofertadas pelo Sr. José Geraldo Maciel, sugerindo-se o julgamento pela regularidade com ressalvas, além de considerar improcedentes as razões de justificativa do Sr. José Maria Freire, sugerindo o julgamento irregular de suas contas (fls. 182).

15. As ressalvas ao primeiro ocorreram em função das falhas apontadas nos **subitens 2.1.2, 2.1.4, 2.1.5 e 2.1.6**, bem como no item 6 do Relatório de Auditoria nº 88/2008-CONT/DIRAS. Por sua vez, a irregularidade das contas do Sr. José Maria Freire decorreria do desabastecimento de medicamentos excepcionais constatado nos exercícios de 2006 e 2007, apesar da existência de recursos financeiros e orçamentários.

16. Nesse aspecto, o **MPJTCDF** alega que (fl. 182):

“(...) o Tribunal, ao analisar as contas anuais dos agentes públicos, julga a gestão dos exdirigentes responsáveis por determinado exercício. Examina os fatos ocorridos em período de tempo delimitado, realizando juízo de valor sobre as falhas eventualmente apuradas. Caso entenda sejam todas de caráter meramente formal, as contas serão julgadas regulares com ressalva. Ao contrário, constatando-se irregularidades de natureza grave, julgam-se as contas irregulares, aplicando-se a sanção respectiva aos responsáveis. E mais, restando evidenciado débito na gestão, além da irregularidade das contas, condenam-se os responsáveis ao ressarcimento dos valores eventualmente apurados.”

17. Dessa forma, defende o recorrente que, independentemente da significância do valor da multa aplicada pelo TCDF, **o desabastecimento de**



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A6/S1



medicamentos para as farmácias da rede pública de saúde do DF, embora presentes os recursos financeiros e orçamentários destinados à sua aquisição, revelar-se-ia grave o suficiente para macular a gestão dos agentes responsáveis pelo FSDF no exercício de 2007 (fl. 182).

18. Dito de outra forma, e com base nos elementos constitutivos do Processo nº 7.980/07, restaria demonstrado, de maneira inequívoca e inconteste, que a má gestão dos recursos recebidos em repasse do Fundo Nacional de Saúde – FNS pela Secretaria de Estado da Saúde do Distrito Federal contribuiu decisivamente para o desabastecimento de medicamentos excepcionais nos exercícios de 2006 e 2007 (fl. 183).

19. É o que se retira no seguinte trecho do recurso (fl. 183):

‘(...) embora diversos fatores pudessem ter contribuído para a falta de medicamentos – ações inescrupulosas de distribuidores e de fornecedores; carência de matéria prima para fabricação; imposição de preço máximo de aquisição; pregões fracassados; demora na liberação de cotas financeiras – o desabastecimento identificado foi, de fato, decorrente da conduta desidiosa dos gestores do FSDF que, a despeito de o Ministério da Saúde ter repassado os recursos necessários para as aquisições necessárias, não adotaram as providências cabíveis para concluir os certames licitatórios exigidos para assegurar a manutenção dos estoques mínimos das farmácias da rede pública de saúde com os medicamentos essenciais e indispensáveis para atender à população do Distrito Federal, sobretudo a mais carente de recursos e que dependem diretamente desses produtos.’

20. Nesse condão, ainda que existentes fatores extrínsecos àquela Pasta, em face da especificidade do mercado de medicamentos, seria inaceitável a conduta negligente dos ex-gestores do FSDF na aplicação dos valores então recebidos, não restando dúvidas de que a irregularidade deve repercutir no julgamento de suas contas (fl. 183).

21. Quanto à alegação de que a falha seria decorrente de problemas estruturais existentes na SES/DF, da fragilidade nos controles e de pendências bancárias, o recorrente reforça não ser argumento suficiente para afastar a responsabilidade dos **Srs. José Geraldo Maciel e José Maria Freire** (fl. 183).

22. Uma vez que a responsabilidade pela gestão e administração dos recursos do FSDF cabe ao Conselho de Administração e à Diretoria Executiva, a existência desses



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A6/S1



problemas corroboraria a constatação de conduta desidiosa dos gestores, tendo por base a Lei Complementar nº 11/96, que: a) estabelece que a gestão e administração dos recursos do Fundo de Saúde cabem ao Conselho de Administração e à Diretoria Executiva; b) esclarece que a Diretoria executiva seria dirigida pelo Diretor Executivo (cargo ocupado tanto pelo Sr. José Geraldo Maciel quanto pelo Sr. José Maria Freire); c) o Conselho de Administração seria presidido pelo Secretário de Saúde (Cargo ocupado pelo Sr. José Geraldo Maciel); d) entre as diversas competências desse Conselho, estaria a de aprovar as diretrizes operacionais e a programação financeira do fundo; e e) entre as competências do Diretor Executivo, está a de administrar os recursos do Fundo de Saúde, sob a orientação e supervisão direta do Secretário de Saúde do DF (fls. 183/184).

23. Destaca que os integrantes do FSDF no exercício de 2007 foram todos apenados com aplicação de multa individual decorrente de diversas irregularidades comprovadas no âmbito do Programa de Aquisição de Medicamentos Excepcionais (PAME), conforme consignado no Relatório de Auditoria nº 20010.07 (fl. 185).

24. Por fim, reitera não haver dúvidas de que os responsáveis diretos pela regularização de eventuais inconformidades operacionais, administrativas e financeiras ocorridas no âmbito do FSDF em 2007 participaram ativamente no desabastecimento de medicamentos excepcionais no DF, **devendo a multa que lhes fora aplicada no Processo nº 7.980/07 repercutir como irregularidade às contas no presente feito.**

CONTRARRAZÕES

25. Apesar de as contrarrazões terem sido apresentadas separadamente, pela semelhança das peças de fls. 196/207 e 209/220, faremos uma síntese conjunta do que foi trazido aos autos, procedendo de igual forma na análise posterior.

26. Alegam que o recorrente não trouxe fatos ou argumentos novos para justificar a revisão da Decisão nº 1.628/2017 por meio da qual esta Corte de Contas julgou regulares com ressalvas as contas anuais dos gestores do FSDF relativas ao exercício financeiro de 2007 (fl. 197).

27. Relatam que o Parquet não tratou da resposta do Ministério da Saúde ao Ofício Conjunto nº 015/2007 – MED-2ª PROSUS/MPCDF, datado de 22/2007, contendo pedido para que o Ministério da Saúde fizesse análise a respeito da



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A6/S1



regularidade, inclusive de preço, na dispensação de medicamento pelo DF que deveriam ser centralizados pelo Ministério da Saúde (fl. 198).

28. Aduzem que no mesmo Ofício, quando tratado, ainda, sobre quedas vertiginosas de vários medicamentos em 2006, diversos questionamentos foram esclarecidos, não havendo, entretanto, a devida consideração pelo MPJTCD (fls. 198/199). Juntam trechos da resposta do Ministério da Saúde às fls. 199/200.

29. O Sr. José Geraldo Maciel informa que das 8 irregularidades apontadas e recorridas nos autos do Processo nº 7.980/07, sete delas foram acolhidas, conforme exposto no quadro de fl. 201.

30. Por sua vez, o Sr. José Maria Freire, alega que foi apresentado Pedido de Reexame no âmbito do Processo nº 7.980/07, tendo sido acolhidas as razões apresentadas, conforme quadro de fl. 214.

31. Utilizam-se do argumento de que o Conselheiro Relator do Processo nº 7.980/07 **considerou parcialmente procedente o Pedido de Reexame, tendo reduzido a multa de R\$ 10.000,00 para R\$ 2.000,00, para o Sr. José Geraldo Maciel, e de R\$ 10.000,00 para R\$ 4.000,00 para o Sr. José Maria Freire** (fls. 202 e 214/215).

32. Tratam, por fim, da ausência de conteúdo para macular toda a gestão dos signatários.

33. Com relação à fundamentação legal do pedido do MPJTCD de que a **irregularidade decorre do desabastecimento de medicamentos excepcionais ocorrido nos exercícios de 2006 e 2007, apesar da existência de recursos financeiros e orçamentários, entendem os interessados que não houve prática de ato de gestão ilegal, ilegítimo, antieconômico ou infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional ou patrimonial, segundo estabelecido na alínea 'b' do inciso III do artigo 17 da Lei Complementar nº 01/94, que amparou o julgamento pela irregularidade** (fl. 202/203).

34. Expõem algumas passagens do Processo TCU nº 014.651/2006-3 e do Acórdão TCU nº 5.338/2011 – Segunda Câmara (fls. 203/204):

*‘Há diversos precedentes na jurisprudência desta Corte no sentido de que atos de gestão considerados irregulares, quando de baixa **materialidade e sem imputação de débito, não implicam,***



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A6/S1



necessariamente, a reprovação das contas anuais dos responsáveis: (...)'.

(...)

'7. (...) em sede de contas anuais, um débito apurado em outro processo de contas não constitui motivo, isoladamente, para macular a gestão, devendo-se sopesar a relevância daquele montante sobre a gestão anual.

(...)

'12. Portanto, o juízo em sede de fiscalização não é transposto automaticamente para o mérito das contas. Nesse sentido, consoante expressa disposição (...), 'a aplicação de multa em processo de fiscalização não implicará prejulgamento das contas ordinárias da unidade jurisdicionada, devendo o fato ser considerado no contexto dos demais atos de gestão do período envolvido'.

' (...)

Dessa forma, considerado o contexto dos demais atos de gestão do período envolvido, entende-se que a aludida multa também não é suficiente para macular as contas anuais do gestor.'

(...)

19. A SecexDefesa entendeu que o procedimento não deve macular as contas do responsável (...) assim como não houve imputação de débito, nem indício de locupletamento desse gestor.'

35. Nesse mesmo sentido, juntam dois julgados do TCU e um do TRF-5 (fls. 205/207). Encerram com o pedido de que suas contas sejam julgadas regulares com ressalvas, ao se considerar que a multa aplicada no âmbito do Processo nº 7.980/07 não teria conteúdo para macular toda a gestão anual.'" (Grifos no original e acrescidos).

16. Em tempo, este MPC/DF considera relevante transcrever os principais excertos do exame empreendido pela Terceira Divisão de Contas acerca dos fatos e fundamentos engendrados no Recurso, assim como no tocante às contrarrazões apresentadas pelos interessados, seguidos da correspondente análise deste Parquet especializado:

"36. Inicialmente, cumpre ressaltar que o recurso de



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A6/S1

Fls.: _____
Proc.: 26.280/08
Rubrica

reconsideração, em síntese, **busca reiterar o que já havia sido tratado nos pareceres anteriormente exarados pelo MPJTCDF** (Pareceres n os 1.091/2015 e 754/2016, fls. 62/67 e 112/122 respectivamente), **ao responsabilizar os gestores em razão de terem contribuído para o desabastecimento de medicamentos excepcionais nos exercícios de 2006 e 2007, bem como reafirmar o fato de que os elementos constitutivos do Processo nº 7.980/07, que culminou na aplicação de multa aos gestores, seria suficiente para macular as suas contas.**

37. A única novidade trazida no recurso seria a fundamentação acerca da responsabilização dos gestores de acordo com as competências assumidas pelos respectivos cargos que ocupavam, quais sejam, de Secretário de Estado, Chefe da Unidade de Administração Geral e de Diretor Executivo do FSDF, conforme exposto no parágrafo 22 desta Informação.

38. Nesse sentido, **entendemos que os argumentos são insuficientes para mudar o entendimento já exaurido pelas informações anteriores e acolhido pelo Plenário desta Corte de Contas, em razão de dois argumentos centrais: a) a deficiência estrutural, bem como a fragilidade nos mecanismos de controle e a necessidade de reestruturação do FSDF à época dos fatos; e b) a desproporcionalidade no julgamento pela irregularidade das contas com base na penalização em outro processo.**

39. Quanto à deficiência estrutural, fragilidade nos mecanismos de controle e a necessidade de reestruturação do FSDF, cabe trazer à análise o **Processo nº 2.755/04**.

40. Esse processo trata das Representações nos 11 e 16/2004-CF, solicitando a realização de **inspeção no Fundo de Saúde do Distrito Federal**, com vistas à apuração de possíveis irregularidades, mormente a **'frouxidão de seus mecanismos de controle'**.

41. O processo foi conclusivo no sentido de que **os mecanismos de controle do FSDF seriam frágeis por deficiência estrutural e que careciam de uma reestruturação para saná-los**, dispondo que aquela fase processual requeria apenas esclarecimentos e análises dos fatos, não evidenciando-se capazes de alcançar os gestores das contas.

42. O MPJTCDF, no Parecer nº 1.535/08-CF (e-DOC 1DE655D6), aquiesceu com as conclusões do Corpo Técnico, que, no Relatório da Inspeção nº 2.0019.07, expôs



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A6/S1



as seguintes conclusões:

“(…) 37. Dessa maneira, entende-se como oportuno e necessário retornar à discussão sobre a reestruturação do FSDF no âmbito da Secretaria, envolvendo as áreas técnica, jurídica e administrativa, visando ao cumprimento das determinações legais e constitucionais referentes à aplicação, gerência e administração dos recursos próprios e federais destinados às ações e serviços públicos de saúde. (…)”

43. Frise-se que, em razão das constatações consignadas no Relatório de Inspeção n.º 2.0019.07-2ª ICE/Divisão de Auditoria (fls. 524/533 do Processo n.º 2.755/04), cujas análises revelaram **a ausência de controle adequado sobre o ingresso das receitas e repasses geridos pelo FSDF**, o Tribunal exarou inúmeras determinações, consoante Decisões nº 2.735/2009 e nº 6.321/2010, com vistas à reestruturação técnica, jurídica e administrativa do referido Fundo para assegurar àquela unidade orçamentária efetivo cumprimento das atribuições legais e constitucionais que lhe foram conferidas.

44. **Os estudos para reestruturação do FSDF foram devidamente concluídos, sendo editado o Decreto n.º 33.384/11** (Dispõe sobre a reestruturação da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal e dá outras providências), publicado no DODF n.º 232 de 06.12.2011, e, por consequência, o Tribunal autorizou o arquivamento do Processo n.º 2.755/04, nos termos das Decisões nos 6.681/2012 e nº 6.167/2013, tendo como base o Ofício nº 737/2013 – GAB/SES (edoc 01AE1CCD), em atendimento à determinação do **TCDF**:

Decisão nº 6.681/2012

O Tribunal, por maioria, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I. tomar conhecimento do Ofício nº 198/2012 – GAB/SES (fls. 803, acompanhado dos documentos de fls. 804/810), encaminhado pelo Sr. Secretário de Estado de Saúde do Distrito Federal em atendimento ao inciso V da Decisão nº 4.301/2012; **II. determinar a remessa do Relatório de Inspeção nº 2.019.07 e do Parecer nº 1335/12-CF (fls. 817/818) à atual gestão da Secretaria de Estado de Saúde, para que o Titular daquela Pasta se manifeste de forma conclusiva a respeito do modelo de gestão dos recursos disponibilizados ao Fundo de Saúde do DF**; III. autorizar o retorno dos autos à Secretaria de Acompanhamento, para os fins devidos. Vencida a



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A6/S1



Revisora, Conselheira ANILCÉIA MACHADO, que manteve o seu voto, no que foi seguida pelo Conselheiro PAULO TADEU. (grifamos)

Decisão nº 6.167/2013

O Tribunal, por maioria, de acordo com o voto do Relator, decidiu: **I. tomar conhecimento do Ofício nº 737/2013 – GAB/SES e da documentação que o acompanha, encaminhados pelo Sr. Secretário de Estado de Saúde do Distrito Federal (fls. 851/888); II. ter por cumprido o inciso II da Decisão nº 6.681/2012; III. autorizar o arquivamento dos autos.** Vencido o Conselheiro RENATO RAINHA, que votou pelo acolhimento do parecer do Ministério Público junto à Corte.

45. Imperioso ressaltar, também, que **as contas do FSDF do exercício anterior (2006), objeto do Processo nº 27.249/2007, foram julgadas regulares com ressalvas, em face da fragilidade dos controles e existência de pendências bancárias, conforme Acórdão nº 265/2008, prolatado na decisão nº 7.372/2008:**

O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - tomar conhecimento da tomada de contas anual dos gestores do Fundo de Saúde do Distrito Federal, referente ao exercício de 2006; II - com fulcro no artigo 17, inciso II, da Lei Complementar nº 01/94, e no artigo 167, inciso II, do RI/TCDF, **julgar REGULARES com RESSALVA, em face da fragilidade dos controles e existência de pendências bancárias, as contas dos seguintes gestores do Fundo de Saúde do DF, relativa ao exercício de 2006:** José Geraldo Maciel, Cargo ou Função: Secretário de Estado, período de gestão: 01.01 a 31.12.06; José Maria Freire, Cargo ou Função: Subsecretário de Apoio Operacional, período de gestão: 01.01 a 05.11.06; Ornel Costa de Azevedo, Cargo ou Função: Subsecretário de Apoio Operacional, período de gestão: 06.11 a 31.12.06; Ronaldo Mendes de Oliveira Castro Filho, Cargo ou Função: Subsecretário de Apoio Operacional – Substituto, períodos de gestão: 15.05 a 17.05.06 e 22.05 a 28.05.06; Regina Célia Baptista Lage, Cargo ou Função: Subsecretária de Apoio Operacional, períodos de gestão: 12.06 a 11.07.06 e 18.05 a 19.05.06; Nair Mendes Ramos, Cargo ou Função: Diretora-Executiva do FSDF, período de gestão: 01.01 a 31.12.06; III - determinar aos gestores aludidos, ou a quem lhes haja sucedido, nos termos do art. 19 da



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A6/S1



Lei Complementar nº 01/1994, a adoção de medidas necessárias à regularização das pendências bancárias apuradas nas contas em exame; IV - considerar quites com o erário distrital, em conformidade com os termos da Decisão nº 50/1998 e com o disposto no inciso II do art. 24 da Lei Complementar nº 01/1994, os gestores nomeados no item II; V - aprovar e mandar publicar o acórdão apresentado pelo Relator, VI - devolver os autos à 2ª ICE, para as providências pertinentes. (grifamos)

46. Assim, **apesar da ocorrência da irregularidade, ela se deu num período de transição** que, conforme exposto nos parágrafos retro, e com base no Processo nº 2.755/04, **apenas se encerrou no ano de 2011 com a edição do Decreto nº 33.384/11**, bem como fora complementado pelas respostas dadas pela FSDF em 2013 às demandas do TCDF acerca da reestruturação do Fundo.

47. Quanto ao aspecto da **desproporcionalidade no julgamento pela irregularidade das contas, acolhemos a argumentação dos contrarrazoantes no sentido de que a aplicação de multa em processo de fiscalização não implica prejulgamento das contas ordinárias da unidade jurisdicionada, devendo o fato ser considerado no contexto dos demais atos de gestão do período envolvido.**

48. Conforme exposto no Voto de Vista (fls. 142/146), o que se pretende no exame das contas anuais dos gestores é **a análise da gestão como um todo**, composta de diversos atos e processos administrativos, necessários ao exercício do serviço público, ainda mais quando se trata de cargo de grande responsabilidade e abrangência, que, além de tudo, apenas será exercido eficientemente quando de forma conjunta com os diversos setores do órgão.

49. Nesse sentido, extraímos passagens relevantes do Voto de Vista (fl. 144):

‘Embora, e especialmente no caso de desabastecimento de remédios, possa ser considerada grave a conduta do agente, que se omitiu no ofício de gerir os recursos públicos à aquisição dos medicamentos, parece-me sumamente injusto pinçar um pequeno conjunto de fatos de um enorme complexo de atos administrativos para comprometer todo o exercício. Veja-se que as movimentações bancárias no exercício de 2007 atingiram R\$ 296.876.090,33, dos quais foram empenhados R\$ 272.520.809,63, representando 91,80% de execução



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A6/S1



dos recursos transferidos. Adicionando-se a isso o montante de R\$ 11.851.102,75 contabilizados após 15.12.07, conclui-se que 95,61% dos recursos repassados até 15.12.2007 foram empenhados. Sob esse ângulo, nota-se que a repercussão dos fatos ora mencionados não parece, nesse exame inicial, sugerir a reprovação das contas anuais.'

50. ***Ou seja, ainda que presente a fragilidade nos mecanismos de controle dentro do Fundo, comprometendo a eficiência e levando ao desabastecimento de medicamentos excepcionais ocorrido em 2006/2007, não seria razoável julgar irregulares as contas dos gestores, diante da sua atuação ampla em conjunto com o FSDF.***

51. Apesar de grave, ***entendemos que a falha foi influenciada por fatores extrínsecos ao Fundo***, como já exposto nas teses levantadas pelos contrarrazoantes. O argumento já fora levantado na Informação nº 226/2016 – SECONT/2ª DICONT, (fl. 104):

‘(...)

12. Inicialmente, destacamos que a multa de R\$ 2.000,00 aplicada ao senhor José Geraldo Maciel decorreu de irregularidade única: ‘desabastecimento de medicamentos excepcionais ocorrido em 2006/2007, apesar da existência de recursos financeiros e orçamentários’, consoante consta do Acórdão nº 009/2013, exarado no Processo nº 7.980/2007.

13. Ressaltamos que o ***exame dos fatos que ensejaram a aplicação da aludida penalidade já se encontra exaurido no âmbito do supracitado feito, restando, neste momento, somente a avaliação do seu reflexo no julgamento desta TCA.*** Nesse sentido, ponderamos que o mencionado desabastecimento, por si só, não se mostra grave o suficiente para macular com irregularidade as contas anuais do responsável em questão.

14. Reforçando esse posicionamento, salientamos que o Corpo Técnico deste Tribunal, ao negar provimento ao recurso de reconsideração então apresentado pelo justificante e por outros, em face desse quesito, reconheceu que a irregularidade era ‘influenciada, em parte, por fatores extrínsecos à Secretaria, em face da especificidade do mercado de medicamentos’, conforme consta no parágrafo 72 da



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A6/S1



Informação nº 34/2012.

15. Essa peculiaridade relativa ao mercado de medicamentos está em consonância com os esclarecimentos prestados à época pelo Ministério da Saúde, mencionados pelos justificantes (§ 6º desta instrução), os quais sinalizam, por exemplo, que 'a distribuição da pauta de Imunoglobulina foi comprometida em decorrência do desabastecimento desse medicamento, em nível mundial, devido à ausência de matéria prima (plasma humano) [...] (...)'.⁷

52. Do exposto, **entendemos que o recurso de reconsideração interposto pelo MPJTCD/DF carece de argumentos para mudar o entendimento já adotado pela Corte no sentido do julgamento com ressalvas às contas dos gestores, podendo, dessa forma, ser acolhidas as contrarrazões dos ex-gestores.** (Grifos acrescidos).

17. É de se ver, portanto, que a questão nodal que fundamenta o pedido do **MPC/DF não se limita à aplicação específica de uma penalidade pecuniária**. Na espécie, a menção à multa aplicada no Processo nº 7.980/2007 busca apenas **comprovar o caráter incontroverso das graves irregularidades apuradas no aludido feito**.

18. Diante dessa perspectiva, não parece admissível estreitar o presente exame ao dispositivo contido na r. Decisão nº 1.628/2017 e tampouco ao importe da penalidade aplicada aos responsáveis.

19. No que concerne ao presente feito, o que deverá ser avaliado é se **houve algum ato comissivo ou mesmo omissivo capaz de macular a gestão**, visto que o desiderato destes autos é formar convicção acerca do julgamento das contas dos responsáveis, levando em conta a ação ou omissão dos agentes, o fato irregular verificado e o nexo de causalidade entre esses dois elementos. **In casu, o caráter incontroverso e a natureza continuada e sistemática dos achados avaliados na audiência representam condutas suficientes para reprovação da atuação dos responsáveis**, mediante julgamento irregular das contas em exame.

20. Na esteira do entendimento perfilhado pelo recorrente, aos olhos desta Quarta Procuradoria, a avaliação da conduta dos responsáveis deve conduzir ao julgamento irregular das contas em exame, máxime em razão da **criticidade da matéria para a gestão dos serviços públicos de saúde ofertados pelo Distrito Federal**. A propósito, mister frisar que as possíveis consequências das falhas sobrelevam a reprovabilidade das condutas e, por conseguinte, justificam o pedido formulado no



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A6/S1



Apelo.

21. Nesse sentido, diversamente do exame empreendido pelo Corpo Instrutivo, este **MPC/DF** entende que as eventuais deficiências estruturais e as fragilidades nos mecanismos de controle do FSDF **apenas reforçam a necessidade de julgamento irregular da presente TCA**, visto que as impropriedades indicadas, conforme sobejamente avaliado no âmbito desta c. **Corte de Contas**, decorreram da incúria dos responsáveis pelas contas anuais em exame.

22. Do mesmo modo, malgrado a existência de fatores extrínsecos à atuação do Fundo, o exame empreendido no Processo nº 7.980/2007 revela de modo **inconteste** o liame entre as **falhas graves identificadas e a atuação dos Srs. José Geraldo Maciel e José Maria Freire**. Ademais, a relação de causalidade entre as falhas e a conduta dos responsáveis foi precisamente demonstrada no Recurso.

23. Por conseguinte, não remanesce laivo de dúvida de que a atuação dos Srs. José Geraldo Maciel e José Maria Freire foi decisiva para o **desabastecimento de medicamentos excepcionais no exercício em exame**. A irregularidade grave indicada, **per se**, revela a possibilidade de subsunção dos fatos em exame ao art. 17, III, **b**, da LC nº 1/1994, mormente ante a **essencialidade do serviço público realizado pela Pasta e o risco derivado da omissão constatada**.

24. Quanto aos aspectos qualitativos da impropriedade, forçoso ressaltar que a dicção do item II.**b**² da r. Decisão nº 1.628/2017 denota que os achados capazes de culminar no julgamento irregular das contas tratadas nesta TCA decorreram **de falhas sistemáticas na gestão da FSDF**, o que é suficiente para comprovar a **relevância** dos achados em relação ao objeto do presente feito.

25. A propósito, impende sopesar que a natureza **sintética do dispositivo** contido na deliberação do e. **TCDF** pode conduzir à percepção equivocada quanto à extensão e relevância das impropriedades. Com efeito, este **MPC/DF** entende imprescindível trazer à colação as ponderações apontadas no Relatório/Voto que culminou na prolação da r. Decisão nº 5.157/2010, ofertadas no bojo do Processo nº 7.980/2007 pelo em. Conselheiro Renato Rainha:

² “b) o reflexo da multa aplicada no âmbito do Processo nº 7.980/2007, em decorrência das irregularidades: ‘**desabastecimento de medicamentos excepcionais ocorrido em 2006/2007**, apesar da existência de recursos financeiros e orçamentários’, apenas no tocante aos dois primeiros nominados, e ‘demora verificada na apuração dos saldos superavitários da Fonte de Recursos 138’ e ‘aplicação de recursos oriundos da Fonte 338 sem vinculação com a origem definida para os recursos que geraram os respectivos saldos superavitários’, em relação apenas ao segundo nominado; (...)”



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A6/S1



“(…)

No presente feito, **restaram evidenciadas ocorrências relacionadas à demora na apuração dos saldos superavitários, à baixa eficiência na liquidação das despesas empenhadas, à utilização de recursos de outros programas na aquisição de medicamentos excepcionais e à utilização indevida dos recursos da Gestão Plena.** Importa acrescentar que na fiscalização realizada no Processo nº 3.093/2004 (fls. 396/467) **foram apontados 34 achados envolvendo a aquisição, o armazenamento e a distribuição de medicamentos excepcionais.**

Ademais, **os argumentos apresentados em relação ao item f.2 foram rejeitados, restando evidenciada a baixa eficiência na liquidação das despesas empenhadas à conta da Fonte de Recursos 138.**

Outrossim, **não se pode considerar normal o fracasso de mais de 100 itens nos pregões realizados em 2006 e 2007, sem que a SES adotasse providências suficientes para concluir com sucesso os certames.”** (Grifos acrescidos).

26. Com arrimo no excerto apresentado, este **MPC/DF**, em harmonia com o recorrente, entende que as falhas indicadas no Apelo do **MPC/DF** demandam a reforma da r. Decisão nº 1.628/2017, **independentemente do valor da penalidade aplicada no Processo nº 7.980/2007.**

27. Posto isto, no sentir deste **MPC/DF** os efeitos decorrentes das penalidades aplicadas na v. Acórdão nº 009/2013, constante do Processo nº 7.980/2007, **implicam indelevelmente no exame do mérito das contas sub examine**, uma vez que as irregularidades apuradas naqueles autos culminaram no **desabastecimento da Rede Pública de Saúde do Distrito Federal, em desacordo com a natureza contínua e essencial dos serviços ofertados pela SES/DF.**

28. Ademais disso, considerando que no bojo do Processo nº 7.980/2007 foi garantido, **irrestritamente**, o direito ao contraditório, inclusive sendo devidamente exercitado pelos responsáveis, é razoável que a e. **Corte de Contas** julgue **irregulares** as contas dos Srs. José Geraldo Maciel e José Maria Freire, vez que nos presentes autos foi amplamente garantida a ampla defesa.

29. De bom alvitre ressaltar que a **relação de causalidade** entre o fato que fundamentou a multa aplicada por meio da r. Decisão nº 3.797/2010 e a atuação dos gestores do FSDF **já foi**



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A6/S1



reconhecida por esta e. **Corte de Contas**. A aplicação de multa aos responsáveis denota, per se, que os Srs. José Geraldo Maciel e José Maria Freire concorreram para a configuração dos achados apontados no **Relatório de Inspeção nº 2.0010.07, contido no Processo nº 7.980/2007**.

30. Com efeito, no que importa ao deslinde do feito em exame, cabe apenas sopesar o reflexo das condutas no âmbito das presentes contas.

31. É dizer, após superada a avaliação atinente à conduta em outro feito que tramitou no âmbito desta c. **Corte de Contas** (Processo nº 7.980/2007), a gradação do reflexo das irregularidades no julgamento das contas dos responsáveis demanda o sopesamento da medida de incidência dos fatos inquinados nas contas anuais tratadas em sede de TCA. Esse exame, no sentir deste **MPC/DF**, permite, no que concerne ao presente caso, subsumir as irregularidades identificadas às hipóteses de incidência previstas no art. 17, III, b, da LC nº 1/1994.

32. Nesse sentido, considerando que as irregularidades evidenciadas no Processo nº 7.980/2007, a exemplo do pugnado no Recurso apresentado contra a r. Decisão nº 1.628/2017, **repercutem diretamente** nas contas do **exercício de 2007**, não há opção a não ser aquela de julgar **irregular** as contas do exercício, em relação aos Srs. José Geraldo Maciel e José Maria Freire.

33. Ora, conforme apontado na Peça às fls. 178/186, “os elementos constitutivos do Processo nº 7.980/2007 demonstram, de forma inequívoca e inconteste, que a **má gestão dos recursos recebidos em repasse do Fundo Nacional de Saúde – FNS** pela Secretaria de Estado da Saúde contribuiu, **decisivamente**, para o **desabastecimento de medicamentos excepcionais nos exercícios de 2006 e 2007**.” É diante dessa premissa que o e. TCDF deve proceder ao julgamento pela irregularidade das contas tratadas nestes autos.

34. Ante ao exposto, o **MPC/DF** sugere ao e. **Plenário o provimento integral** do recurso apresentados em face da r. Decisão nº 1.645/2017, fls. 178/186.”

É o Relatório.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A6/S1



VOTO

12. Nesta fase, analisa-se o mérito do Recurso de Reconsideração interposto pelo Ministério Público junto a este Tribunal em desfavor da Decisão n.º 1.628/17 e do Acórdão nº 103/17 (fls. 169/171), que julgou regulares com ressalvas as contas dos gestores do Fundo de Saúde do Distrito Federal.

13. Em apertada síntese, o recorrente alega que “o *desabastecimento de medicamentos para as farmácias da rede pública de saúde do Distrito Federal, apesar da existência de recursos financeiros e orçamentários destinados à sua aquisição, revela-se grave o suficiente para macular a gestão dos agentes responsáveis*”.

14. O Corpo Técnico sugere o desprovimento do recurso porque, a seu juízo, o recorrente não trouxe argumentos novos para justificar a revisão da decisão atacada. Dessa forma, considera inexistir conteúdo para macular a gestão, uma vez que não foi identificado ato de gestão ilegal, ilegítimo, antieconômico ou infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional ou patrimonial.

15. O **Parquet** especializado pugna pelo provimento do apelo, pois avalia que a conduta dos responsáveis deve conduzir ao julgamento irregular das contas, em razão da criticidade da matéria para a gestão dos serviços públicos de saúde ofertados pelo Distrito Federal. Em acréscimo, argumenta que as eventuais deficiências estruturais e as fragilidades nos mecanismos de controle do FSDF apenas reforçam a necessidade de julgamento irregular das contas em exame.

16. Passa-se à apreciação da matéria.

17. Preliminarmente, importa ressaltar que a questão do *desabastecimento* ocorrido no DF no âmbito do Programa de Dispensação de Medicamentos Excepcionais durante o exercício de 2007 já foi tratada pelo Tribunal no bojo do Processo nº 7980/07.

18. Naqueles autos, os gestores explicaram que o *desabastecimento* ocorreu em razão da frustração de vários procedimentos licitatórios conduzidos naquele período (Ofício nº 362/2008 – GAB/SES, e-doc 431376C5),

19. Por considerar que o gestor, mesmo no cenário de



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A6/S1



frustração dos processos licitatórios, deveria ter adotado medidas administrativas visando evitar o desabastecimento, o Tribunal considerou improcedente as justificativas e aplicou multa individual no valor de **R\$ 10.000,00** aos Sr. Geraldo Maciel e José Maria Freire (Decisão nº 5.157/10-CRR e Acórdão nº 209/10).

20. Posteriormente, dando provimento parcial a Pedido de Reexame interposto, o Tribunal reduziu as multas individuais aplicadas para os seguintes patamares: **R\$ 2.000,00** para o Srs. José Geraldo Maciel e **R\$ 4.000,00** para o Sr. José Maria Freire (Decisão nº 283/13 – CIMF e Acórdão nº 009/13).

21. Nesse sentido, não há como olvidar que a Corte considerou que a omissão dos gestores deveria ser sancionada, mas que os argumentos apresentados foram capazes de reduzir substancialmente o grau de reprovabilidade de sua conduta omissiva.

22. Dessa forma, em linha com o entendimento da Corte de que a falha identificada não deve ser punida com sanções de grande materialidade, - conforme se depreende do valor das multas aplicadas -, não se verifica na referida conduta materialidade suficiente para tornar irregular toda a gestão do Fundo de Saúde do DF, que gerenciou no exercício em exame recursos da ordem de **R\$ 41,3 milhões**.

Com esses esclarecimentos, em harmonia com a Instrução, VOTO no sentido de que o Tribunal:

I. tome conhecimento:

a) do Recurso de Reconsideração de fls. 178/186;

b) das contrarrazões de fls. 196/207 e 209/220, apresentadas pelos Srs. José Geraldo Maciel e José Maria Freire, respectivamente;

c) do Ofício SEI-GDF nº 1596/2017 – SES/GAB (fls. 221/225);

II. negue provimento ao apelo mencionado no inciso I, “a”, mantendo íntegros os termos da Decisão nº 1.628/2017 e do Acórdão nº 103/2017,



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A6/S1



III. autorize:

a) ciência aos interessados acerca da decisão a ser proferida;

b) o retorno destes autos à Secretaria de Contas para as providências pertinentes.

Brasília (DF), 19 de abril de 2018.

JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS
Conselheiro – Relator

DIGITALIZADO